



O IMPACTO DO DESPREPARO PROFISSIONAL NA ACESSIBILIDADE À SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

YNGRID RIBEIRO BERTOLDO; JANAYRA ALVES BRITO; LETICIA PIRES RIBEIRO; MARIA VICTORIA DE SOUSA OLIVEIRA; TALES DAMASCENO ANDRADE SAID

RESUMO

Justificativa: Este estudo aborda a implicação do despreparo dos profissionais na acessibilidade no setor da saúde para pessoas com deficiência, destacando a importância da estrutura necessária para amparar e assistir a tais pacientes. **Objetivo:** O estudo busca analisar a importância da infraestrutura no campo da saúde e da competência por parte dos agentes de saúde em atender pessoas com deficiência. **Metodologia:** A pesquisa utiliza referências obtidas em artigos disponíveis nos bancos de dados da biblioteca virtual Scielo, PubMed, Biblioteca Virtual de Saúde e Google Acadêmico. **Resultados:** Os resultados mostram a importância do direito à saúde das pessoas com deficiência, no atendimento e acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde, explorando os desafios encontrados na busca pelo acesso aos serviços de saúde, sejam eles estruturais ou comportamentais, como o preconceito e a desigualdade. E apesar desses sujeitos conquistarem legislação que assegura direitos de cidadania, esses ainda são vítimas de invisibilidade na sociedade e um grande despreparo no campo da saúde, o qual deveria ser capaz de amparar as necessidades e particularidades dessas pessoas. **Conclusão:** Faz-se necessário maior treinamento e preparação de profissionais de saúde para auxiliar pessoas com deficiência e maior investimento, por parte do poder público, para melhora da estrutura que ampare tais pacientes. Desta forma, o trabalho adota como ponto de partida as necessidades de inclusão e acessibilidade diante destas pessoas, fazendo valer a integração socioeconômica política das pessoas com deficiência, e pontua a repercussão do despreparo profissional na evidente falta de acessibilidade à saúde para com pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Saúde; Pessoa com deficiência; Despreparo profissional; Acessibilidade; Inclusão;

1 INTRODUÇÃO

Um marco na luta dos direitos da pessoa com deficiência (PCD) foi a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) que fixou 1981 como o Ano Internacional das PCD. Aquele ano teve como resultado no Brasil a aprovação da legislação federal que ressalta o direito dessas pessoas e a oportunidade idêntica às dos demais cidadãos (COSTA, 2022). As barreiras à acessibilidade são classificadas como a liberdade de movimento e expressão, comunicação, acesso à informação e à compreensão, e também, são ainda classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas (BEZERRA; DA SILVA; MAIA, 2015). Um ponto importante a enfatizar, é a forte associação

da acessibilidade assistencial com a competência do profissional para identificar e cadastrar pessoas com deficiência. Afinal a competência técnica é de suma importância no processo da promoção da saúde dessa população (FRANÇA; PAGLIUCA, 2009). Devido às falhas no processo de qualificação dos profissionais para atuarem junto aos que vivem com deficiência, é necessário programas e projetos de educação permanente que viabilizem o preparo de profissionais para atender as necessidades das pessoas com deficiência (FRANÇA; PAGLIUCA, 2009).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado sob a forma de revisão de literatura de caráter exploratório, com intenção de descrever as dificuldades do acesso à saúde por pessoas com deficiências devido o despreparo dos profissionais.

A pesquisa ocorreu através da leitura de artigos científicos, tese e conclusões de cursos disponibilizados nos bancos de dados da biblioteca virtual Scielo (<http://www.scielo.com.br>), PubMed (<http://www.pubmedcentral.nih.gov>), Biblioteca Virtual de Saúde (<http://www.bvsalud.org>) e Google Acadêmico (Google Acadêmico), assim como artigos que possuem bases de dados, que tivessem relação direta ou indireta com o argumento que foi discutido. Os critérios de inclusão envolveram artigos escritos em português e a seleção de publicações seguindo os períodos de 2009 a 2022. Com isso, foram selecionados os artigos com maior relevância perante o tema proposto e colocados em discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O segmento das pessoas com deficiências reúne em uma mesma esfera vários tipos de deficiência física, auditiva, visual, intelectual e mental, constituindo um grupo totalmente heterogêneo que possuem contextos sociais bastante diversos, com particularidades e necessidades únicas. A invisibilidade perante a sociedade, gera um sentimento de não pertencimento à comunidade, o que acarreta uma marginalização e discriminação de PCD, fomentando ainda mais o ciclo de inclusão que se permeia perante atitudes ímpares. (OLIVEIRA e RESENDE, 2017 p.295-301). A falta de habilidade médica frente uma consulta tida como especial, proporciona uma reflexão acerca do mascaramento na formação acadêmica não inclusiva, haja visto que, o investimento em capacitação profissional, instruindo o estudante com ênfase da pessoa com deficiência e o entendimento do meio em que ela se insere, trará grandes benefícios para o acesso e a qualidade do cuidado. Essa necessidade de vivência e educação permanente por parte da equipe de saúde reduziram as barreiras entre médico paciente.

Sobre um panorama social, este artigo busca refletir sobre o impacto do despreparo dos profissionais da saúde atuando com os portadores de deficiência, sendo o principal objetivo de discussão, tendo como premissa a barreira comunicacional que ambos sentem no momento de crise e vulnerabilidade, dificultando o estabelecimento de um vínculo entre médico e paciente. A falta de habilidades e conhecimento adequados para a compreensão da queixa do paciente, ocasiona no afastamento do mesmo com os serviços de atenção primária à saúde, a qual é porta de entrada preferencial do sistema público brasileiro, indo contra o que se relata no Manual do Ministério Da Saúde, destinado aos profissionais de saúde, denominado 'A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde', onde reafirma que a atenção integrada à saúde, com pessoas com deficiência, tem por direito uma assistência específica em somatória com os demais serviços prestados. (VIEIRA; CANIATO; YONEMOTO, 2017).

É alarmante o número de pessoas com deficiência que apresentam maior demanda não

atendidas na saúde, pelo despreparo da equipe médica, haja visto muitos têm que recorrer a leitura labial, uso de mímicas e tentativas de escrever aquilo que se queixa, o que ocasiona um desconforto e envergonhamento por parte do paciente, prejudicando a autoestima e a sua relação com sua própria saúde, já que o indivíduo carrega consigo marcas de alteridades que o distanciam do protótipo social de uma cultura.(VIEIRA;CANIATO;YONEMOTO,2017) Afirmação, comprovada quando percebemos o risco de evasão quando ocorre uma ineficaz assistência prestada a pessoas portadoras de deficiência, debilitando o vínculo entre profissional e paciente, que deveria ser estabelecido por meio de uma comunicação, onde geraria confiança e segurança, para um maior índice de adesão ao tratamento e um prognóstico favorável.

4 CONCLUSÃO

Observa-se que apesar das leis e decretos existentes, há vários profissionais despreparados para realizar o atendimento ao paciente com deficiência. A inclusão dessas pessoas no ambiente de saúde pública, apesar de ser reconhecida enquanto expressão dos direitos humanos e liberdades fundamentais, por diversas vezes ela é negligente. O desejo de incluir os pacientes com alguma deficiência nos estabelecimentos de saúde e na sociedade deve ser algo trabalhado no sistema de saúde pública brasileiro, pois os mesmos merecem um atendimento com equidade e qualidade, assim como toda a comunidade.

Ter a acessibilidade e inclusão reservadas nesse cenário ocorre por meio, principalmente, de profissionais que sejam habilitados para receber qualquer demanda imposta por qualquer pessoa com deficiência. Dessa forma, os profissionais da saúde precisam compreender o contexto das comunidades que demandam algum suporte especializado, e proporcionar um atendimento que seja acessível e que contemple verdadeiramente o indivíduo e a família dele, entendendo todas as necessidades e lutas vinculadas a eles. É de extrema relevância a capacitação de todos os profissionais de saúde, desde o quesito de comunicação, assim como o empenho, desejo e empatia destes na realização de um atendimento humanizado e mais igualitário.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Thaynara Venancio; DA SILVA, Marcelo Alves; MAIA, Evanira Rodrigues. Acesso da pessoa com deficiência à atenção primária no Brasil: limites e possibilidades. **Cadernos de Cultura e Ciência**, v. 14, n. 2, p. 65-74, 2015.

COSTA, Cárita Rodrigues et al. **O DIREITO À ASSISTÊNCIA UNIVERSAL NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE INHUMAS**. 2022.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, p. 178-185, 2009.

OLIVEIRA, Ana Luiza de Mendonça; RESENDE, Marineia Crosara de. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 295-301, 2017.

VIEIRA, Camila Mugnai; CANIATO, Daniella Gimenez; YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva

sobre seu atendimento nos serviços de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 2, 2017.